

A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim feita por João Barbosa Rodrigues

The historical, geographic, and ethnographic description of the Capim River by João Barbosa Rodrigues

Cláudio Ximenes^I, Alan Watrin Coelho^{II}

^ICentro Educacional Silva Machado. Castanhal, Pará, Brasil

^{II}Universidade Estácio de Sá. Castanhal, Pará, Brasil

Resumo: Em 1871, o botânico João Barbosa Rodrigues (1842-1909) foi comissionado pelo Governo Imperial para explorar alguns rios do vale amazônico, a fim de completar a parte das palmeiras da grandiosa "Flora Brasiliensis", de Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Foi assim que Barbosa Rodrigues explorou o rio Capim. Os resultados dessa viagem estão no Relatório "Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Capim", no qual o botânico registrou não apenas minuciosa descrição geográfica e hidrográfica deste rio, como também aspectos botânicos, zoológicos e de ocupação humana da localidade por meio de observações arqueológicas e etnográficas. O objetivo deste artigo é estabelecer como os estudos realizados por Barbosa Rodrigues no rio Capim contribuíram para a elaboração de um conhecimento científico da Amazônia paraense, construído dentro do contexto político-científico brasileiro do século XIX, dominado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Palavras-chave: João Barbosa Rodrigues. Rio Capim. Ciência. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Amazônia.

Abstract: In 1871, the botanist João Barbosa Rodrigues (1842-1909) was commissioned by the Imperial government to explore some rivers of the Amazon Valley in order to complete the section on palm trees in the expansive "Flora Brasiliensis" by Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Barbosa Rodrigues consequently explored the Capim River, and the results of this trip are contained in "Exploration and study of the Amazon Valley: Capim River". In this report, the botanist not only described the geography and hydrography of this river in great detail, but also analyzed aspects related to its flora, fauna, and human occupation through archaeological and ethnographic observations. Consequently, the objective of this article is to establish how Barbosa Rodrigues' studies of the Capim River contributed to the development of scientific knowledge of the Amazon in the state of Pará within the political and scientific context of nineteenth-century Brazil, which was dominated by the Brazilian Historical and Geographic Institute.

Keywords: João Barbosa Rodrigues. Capim River. Science. Brazilian Historical and Geographic Institute. Amazon.

XIMENES, Cláudio; COELHO, Alan Watrin. A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim feita por João Barbosa Rodrigues. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 2, p. 535-554, maio-ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000200015>.

Autor para correspondência: Cláudio Ximenes. Centro Educacional Silva Machado. Travessa Capitão Bezerra, 2539 – Caiçara. Castanhal, PA, Brasil. CEP 68743-600 (ximeneshistoriador@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7661-547X>.

Recebido em 20/09/2016

Aprovado em 28/03/2017



CONTEXTO

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, não implicaria tão somente mudança no *status* da antiga colônia. As vidas cultural e social do Rio de Janeiro seriam trabalhadas, por exemplo, pelas obras de artistas como Jean-Baptiste Debret (1768-1848) e Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Da ação desses homens, surgiriam documentos que retratam o cotidiano social e cultural do Rio de Janeiro, então elevado à condição de sede da monarquia portuguesa. Foi o ponto de partida de um processo que, na primeira metade do século XIX, acabaria 'inventando' a identidade histórica do Brasil de então.

Em 7 de setembro de 1822, o príncipe regente D. Pedro I (1798-1834) proclamou a independência do Brasil e fundou o Império. O reinado do primeiro imperador foi caracterizado por várias 'turbulências políticas', causadas, principalmente, pela sua forma autoritária de governar. Esse processo atingiu seu auge em 5 de abril de 1831, quando o imperador desempossou o ministério composto por brasileiros e nomeou o chamado 'Ministério dos Marqueses', formado apenas por portugueses. Isso ocasionou grande revolta por parte da população, que, apoiada pelos militares, inclusive por integrantes da guarda pessoal do imperador, provocou uma situação política insustentável para D. Pedro I, o qual abdicou do trono dois dias depois (Carvalho, 2007).

Segundo o artigo 121, capítulo V, da Constituição de 1824, o príncipe herdeiro, Pedro de Alcântara, não poderia assumir o trono, em razão de ser menor de dezoito anos. Nesse caso, a Constituição determinava, através dos artigos 122 a 130 do mesmo capítulo V, que o Brasil fosse governado por uma Regência, composta por três membros, a serem escolhidos pela Assembleia Geral (Brasil, 1824). Assim, foi instalado, no Império, o sistema de regências (1831-1840), período marcado por intensos debates e disputas políticas, agravado "pelo avanço liberal em direção à descentralização [e] pela eclosão de várias revoltas populares que alteram a ordem política e social" (Ribeiro, 2012, p. 102) do Brasil. O Governo Regencial reconheceu que a melhor maneira de debelar os "movimentos insurreccionais" era "construir um

Estado imperial forte e centralizado", o que evidenciava "a necessidade de um substrato ideológico que apaziguasse os ânimos sociais, ao mesmo tempo em que criasse os pilares fundamentais que sustentassem um projeto nacional que atendesse aos interesses regenciais" (Ribeiro, 2012, p. 102).

Um dos frutos dessa constatação seria o estabelecimento de uma associação com interesses voltados para a questão cultural, pois, para "um Brasil que vivia o processo político traumático das Regências, com o espectro da desagregação territorial do país pairando sobre as cabeças dos construtores do Império, preocupações intelectuais eram também preocupações políticas e sociais" (Coelho, 1991, p. 3). Desse modo, era crucial criar uma associação que tivesse a finalidade de "revelar o Brasil, de fazer concreto um país cujas realidades escapavam ao conhecimento e ao domínio dos promotores da independência e gestores do projeto de organização do Estado Nacional" (Coelho, 1991, p. 4).

O surgimento dessa associação cultural, contudo, só aconteceria efetivamente após o chamado 'Golpe da Maioridade', que coroou o príncipe Pedro de Alcântara a 18 de julho de 1841, inaugurando o Segundo Reinado. Este teria sido o "momento fundador de um modelo de nacionalidade", formado tanto pela sagração do segundo imperador, que criou um imaginário popular sobre o "pequeno rei brasileiro, sagrado e encantado", como pela necessidade evidenciada pelas elites não apenas por "um imperador como símbolo da nação", mas pela monarquia como "um sistema necessário de arbitramento dos conflitos entre elas" (Schwarcz, 1998, p. 116).

Foi nesse contexto que surgiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, idealizado pelo marechal Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839) e pelo cônego Januário da Cunha Barboza (1780-1846), ambos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), "associação de caráter privado" (Barreto, 2008, p. 2), fundada em 19 de outubro de 1827 e cujos associados – que não eram compostos apenas por cientistas, mas por letrados, políticos e comerciantes – tinham "como objetivo central fomentar as práticas, procedimentos, descobertas científicas em prol do

progresso brasileiro, através de uma estreita relação entre o desenvolvimento econômico e as conquistas científico-tecnológicas” (Barreto, 2008, p. 2-3) do século XIX.

A SAIN foi criada dentro do “espírito da ilustração” (Barreto, 2008, p. 3), o qual colocava a ciência e a razão como instrumentos para que o homem controlasse, de maneira racional, a natureza. Para tal, a instituição tinha por objetivo “explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país” (Barreto, 2008, p. 3). Esta teria sido a razão, como bem explicou Arno Wehling (2010, p. 33), para o aparecimento, na Europa, entre o final do século XVIII e início do século XIX, de “sociedades de amigos do país” (Wehling, 2010, p. 6), interessadas na produção de novas tecnologias que auxiliassem no desenvolvimento dos Estados.

Por ser um espaço voltado à discussão científica e em razão de seu nítido distanciamento da Literatura e da Arte, a SAIN tomou rumos diferentes em comparação com suas congêneres, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional da França (1801) e a Sociedade Promotora da Indústria Nacional de Portugal (1822), uma vez que se propôs não apenas a estudar os problemas econômicos, mas também a gerar soluções para eles, com o intuito de dar ao Estado condições de resolvê-los. A SAIN, por não ter um caráter divergente em relação ao “sistema político e econômico [do Império], conseguiu amalgamar os alicerces econômicos da nova nação com a produção de conhecimento científico” (Barreto, 2008, p. 3). Percebe-se, assim, que, ao tentar institucionalizar a ciência no Brasil, a instituição cumpriu o papel de ser um local de “debate científico, social, político e econômico” (Barreto, 2008, p. 6), implantando condições necessárias para alcançar o tão almejado desenvolvimento econômico e industrial. Dessa maneira, recebeu do Estado apoio financeiro para que os recentes conhecimentos e as novas práticas científicas fossem propagados no Brasil (Barreto, 2008).

Alguns dos membros da Sociedade acreditavam ser necessário criar uma instituição para estabelecer a ‘homogeneização’ dessa visão de Brasil entre todas as ‘camadas da sociedade’. Guimarães (1988) salienta que

esta homogeneidade era uma ideia de influência iluminista, segundo a qual os letrados possuíam o dever de levar as luzes para aqueles que não a possuíam, ou seja, levar civilização para os ‘não civilizados’. Foi justamente esta influência iluminista que motivou Cunha Mattos e Cunha Barboza a proporem, na sessão de 18 de agosto de 1838, a “criação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro filial da Sociedade Auxiliadora”, pedindo “a necessária aprovação [para tal] da Assembleia geral da mesma sociedade”. Depois de “larga discussão, foi aceita a proposta” (Mattos, 1839, p. 7).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como registra a sua história, reuniu e congregou as elites intelectuais e políticas do Brasil que fizeram parte do II Reinado, em 1840. Desde então, a vida intelectual brasileira passou pelas salas da associação. O próprio Instituto congregou documentos das províncias brasileiras que, de alguma maneira, continham elementos de interesse para o conhecimento e para a elaboração da história do Brasil. Expedições como as de Barbosa Rodrigues (Figura 1) pelo rio Capim, em 1875 (Figura 2),



Figura 1. Retrato autografado de João Barbosa Rodrigues, impresso no livro “Sertum Palmarum Brasiliensium”. Fonte: Rodrigues (1903, v. 1, p. 6).

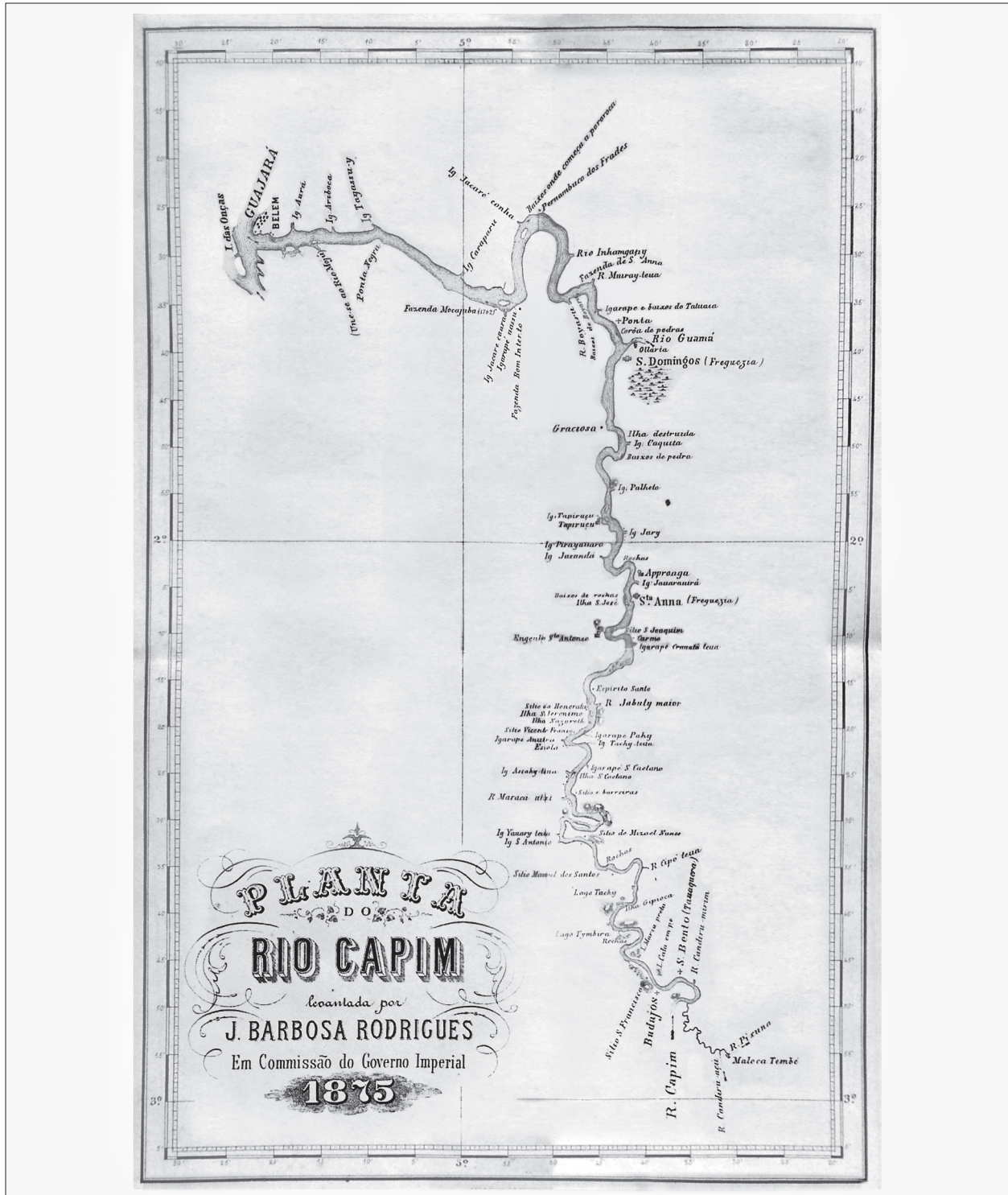


Figura 2. Planta do rio Capim, levantada por João Barbosa Rodrigues em Comissão do Governo Imperial, em 1875. Fonte: Rodrigues (1875e, folha avulsa), disponível no acervo do Instituto, sob número de registro 198.7.4. O material foi utilizado com autorização do Instituto.

emergiram no interior desse espírito acadêmico, com claro matiz científico.

Assim, no dia 19 de agosto, foi aprovada a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo realizada a discussão da estrutura do novo órgão na sessão do dia 15 de setembro, versando sobre, por exemplo, a missão do Instituto, a quantidade ideal de sócios, a necessidade de se estabelecer filiais em todas as províncias brasileiras e o fato de ele estar subordinado à SAIN (Mattos, 1839). Finalmente, na sessão de 21 de outubro, o Instituto foi fundado, além de ter ocorrido a eleição de uma diretoria, que serviu interinamente até a aprovação dos estatutos.

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E AS VIAGENS CIENTÍFICAS

Análise feita por Guimarães (1988), tendo como fontes os artigos publicados na revista trimestral do Instituto, entre 1838 e 1957, constatou que três eram os temas mais abordados no periódico: o debate acerca da história regional, a problemática indígena e as viagens e explorações científicas, sendo que essas últimas ocupavam cerca de 70% das matérias. Isso porque elas seriam uma forma de, finalmente, “revelar” a história e a geografia do Brasil, sobre as quais “as trevas da antiguidade, e talvez as da ignorância, tem abafado monumentos preciosos, cujos restos serão iluminados pela sabedoria de mais circumspectos investigadores” (Mattos, 1839, p. 6). Elas também eram meios para confrontar certas informações encontradas nos documentos enviados para o Instituto pelos seus sócios.

As viagens patrocinadas pelo Instituto começaram em 19 de janeiro de 1839, quando Cunha Mattos propôs à Comissão de História a realização de uma viagem de exploração à caverna de Lapa das Pinturas, localizada na província de Minas Gerais, que continha grande quantidade de pinturas rupestres. Para liderar a exploração, Cunha Mattos indicou o naturalista dinamarquês Peter Nicholas Claussen (1801-1872), com a ressalva de que todas as informações e os vestígios arqueológicos encontrados ao longo da exploração deveriam ser encaminhados para o Instituto (Mattos, 1839).

Nova exploração aconteceu também em 1839, quando, logo após a 8ª sessão do Instituto, realizada em 23 de março, Cunha Barboza revelou a existência de antigas e deterioradas inscrições, supostamente feitas em caracteres fenícios, na Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro (Barboza, 1839). Poucos meses depois, em 1º de junho, ele comunicou que a comissão responsável pela verificação da origem das inscrições não havia conseguido obter respostas (Barboza, 1839).

Em 1840, o Instituto lançou um concurso cujo desafio era escrever uma história sobre o Brasil, visando encontrar uma interpretação sobre a formação do povo brasileiro. O texto “Como se deve escrever a História do Brasil”, do naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1844), venceu a disputa e foi publicado em 1844, na Revista do Instituto, sendo outorgado em 1847. Foi através deste texto que se materializou a ideia de que a construção da identidade nacional não se restringia apenas ao campo da História ou da Literatura, mas também era pertinente aos campos da Geografia, da Botânica, da Zoologia e das demais ciências, fato de extrema valia, pois “considerava-se importante dar a conhecer aos brasileiros o seu próprio país, tanto na sua diversidade como na sua unidade” (Naxara, 2004, p. 123). Para tanto, “a virtude do cidadão comprometido com sua pátria e as representações que cultivassem as virtudes a serem desenvolvidas no povo brasileiro” deveriam visar “a conformação aos padrões estéticos civilizados, de procedência europeia. Era necessária uma integração das diversas partes do país, na construção do Estado Nacional personificado na Monarquia e no Imperador” (Naxara, 2004, p. 123).

Com intuito de encontrar a ‘gênese do Brasil’, também em 1840, na sessão do dia 24 de novembro, o Instituto lançou o programa “A melhor maneira de obter documentos referentes à História e à Geografia do Brasil”. Na sessão de 4 de fevereiro de 1841, o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855) apresentou uma memória na qual explicava os objetivos do programa: como os documentos a serem reunidos e publicados estavam nas mãos de particulares ou do Estado, o Instituto deveria enviar pedidos de autorização aos órgãos públicos

e formar comissões, a fim de averiguar tais arquivos e de apresentar os resultados em sessão, expondo a autenticidade, a importância e a possibilidade de compra ou de aquisição de cópias deles (Pontes, 1841).

Tal método, segundo Silva Pontes, solucionava a questão da catalogação documental. Entretanto, certas informações históricas e geográficas contidas nestes documentos e nos mapas necessitavam de elucidação, por isso ele sugeriu a realização das viagens científicas, pois

alguma vez succede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exactidão, sem exame e conhecimento dos logares em que se passaram as scenas relatas, ou sem determinar, segundo os principios da sciencia, a posição geographica desses mesmos logares (Pontes, 1841, p. 151).

Contudo, de acordo com Silva Pontes, como o Brasil não possuía grandes acervos documentais e arqueológicos como os da Europa, a realização das viagens poderia sofrer críticas. Ele procurou, desse modo, respaldá-las, afirmando que poucos eram “na verdade os monumentos historicos do Brasil: mas por serem poucos não deixam elles de ter importancia aos olhos de quem ama a historia do seu paiz” (Pontes, 1841, p. 150-151).

Em 1856, o Instituto obteve autorização do Governo Imperial para organizar a Imperial Comissão Científica, composta por “engenheiros” e “naturalistas nacionais para explorar algumas das provincias menos conhecidas do Brazil” (Lagos, 1856, p. 11-12). De acordo com Veloso Júnior (2013), a criação desta comissão demonstrou o desejo do Instituto de ‘corrigir os erros’ a respeito da História do Brasil, bem como de promover uma nova escrita dessa História pelas mãos de seus sócios. Foi em consonância com essa linha de ação do Instituto que se realizou a viagem de Barbosa Rodrigues pelo rio Capim.

AS VIAGENS DE JOÃO BARBOSA RODRIGUES

Nascido no Rio de Janeiro em 22 de junho de 1842, João Barbosa Rodrigues teve seus primeiros contatos com as

Ciências Naturais em 1864, quando foi aluno do curso de bacharelado em Ciências e Letras, pelo Colégio Pedro II. Foi nesta instituição, na qual também chegou a exercer as funções de secretário e professor de Desenho, que ele conheceu o botânico Francisco Freire Allemão Cysneiros (1797-1874), com o qual aprendeu diversas técnicas e realizou algumas incursões pelo interior do Rio de Janeiro, à procura de orquídeas, cujos resultados, publicados com o título “Genera et species orchidearum novarum” (Rodrigues, 1877, 1882), foram reunidos em uma monografia intitulada “Iconographie dès orchidées du Brésil” (Sá, 2001).

Apesar de não ter sido publicada durante a sua vida, a qualidade desta obra abriu as portas para que, em 1871, Barbosa Rodrigues recebesse autorização para realizar uma Comissão Científica de Exploração e Estudo pelo Vale do Amazonas, concedida pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por influência da Princesa Isabel (1846-1921) e de Guilherme Schüch de Capanema, o futuro Barão de Capanema (1824-1908). O objetivo principal desta viagem era catalogar espécies de palmeiras para contribuir com a conclusão da obra “Flora Brasiliensis”, de von Martius et al. (1840-1906).

Nesta comissão, com duração superior a três anos, Barbosa Rodrigues percorreu diversos rios da Amazônia, a começar pelo Tapajós, e descreveu a “confluencia das aguas [com o Amazonas], o aspecto das margens, a natureza” como deslumbrantes (Rodrigues, 1875a, p. 6). Depois de explorar o baixo e o alto Tapajós, realizando trabalhos botânicos, arqueológicos e antropológicos (Sá, 2001), Barbosa Rodrigues deslocou-se para Manaus, a fim de conhecer o rio Negro. Porém, as enfermidades e os temporais que atingiam a região na época fizeram-no explorar os rios Urubu e Jatapu, ambos afluentes do rio Uatumã, a partir de 1873 (Rodrigues, 1875b). Sobre o Urubu, o botânico escreveu que “diziam ser muito rico, apesar de estar inteiramente virgem e desconhecido, visto como nem os gentios Muras ousavam transpor a sua primeira cachoeira”, justamente “o ponto escolhido” por ele para iniciar a exploração (Rodrigues, 1875b, p. 4).

A viagem começou no dia 20 de junho, tendo o botânico passado por uma experiência surpreendente justamente na primeira cachoeira: o ataque de uma onça! (Rodrigues, 1875b, p. 8, 33). Depois do susto, Barbosa Rodrigues conseguiu extrair um grande conhecimento a respeito da linguística indígena:

Era uma çuaçarana, por corruptela sussuarana, ou puma do Brazil, denominada Yauara-etécaiarára. Pelo estudo que tenho feito da lingua geral, pela necessidade de conhecer, a significação dos nomes das plantas, e por alguma pratica adquirida entre os indigenas do Pará e Amazonas, descendentes de varias tribus [...]. Naturalistas brasileiros não têm corrido o Brazil; só os estrangeiros o têm feito. Esses em geral não entendem o portuguez, e se o entendem é mal, por isso sempre muitos nomes são alterados uns pelo som e valor das letras nos seus idiomas, outros mesmo por não entenderem a pronuncia. O brasileiro mesmo só depois de alguma pratica pôde entender o indio, que é o que tem feito a nomenclatura, de nossa flora e fauna, seguida depois pelo homem civilisado, ás vezes já alterada (Rodrigues, 1875b, p. 34).

Concluídos os trabalhos no rio Urubu, Barbosa Rodrigues foi explorar o Jatapu, ainda não percorrido por nenhum naturalista. Desta viagem, conseguiu ter “o conhecimento de seu curso e riquezas” e “alguma novidade á sciencia”, pois

[...] uma legua acima da foz do Cupucapu a margem esquerda apresenta por um espaço de mais de 1.000 metros uma zona de rochas calcareas, *carbonato*, que se estendem muito para o interior, e occupa uma grande profundidade [...]. A cal é uma substancia muito importante para a provincia do Amazonas. Esta mina de cal, primeira encontrada na provincia do Amazonas, por isso só constituindo uma riqueza natural, tornando-se depois da industria humana uma riqueza publica. A provincia que se propõe se emancipar da do Pará, com esta offerece todas as vantagens, deixará de importar a cal do Pará, e faz com que rarissimas sejam as casas caiadas ou preparadas com cal para o interior. De facil exploração, á margem de um rio navegavel por pequenos vapores todo ano; n'um ponto proximo a villa de Silves e ainda mais proximo da nascente povoação da *Capella*, onde mensalmente tocam vapores; proximo por conseguinte de Manáos (Rodrigues, 1875b, p. 63-64).

Após concluir sua exploração do Jatapu, ele retornou para a vila de Silves, dirigindo-se de lá para Manaus, com intuito de realizar ‘trabalhos de gabinete’. Contudo, por haver uma epidemia de varíola assolando a cidade, foi obrigado a se retirar para Óbidos, na província do Grão-Pará (Rodrigues, 1875c).

Em 1874, decidiu explorar o rio Trombetas,

Que é o *Oriximina* ou Urichimina, ou ainda *Uruchiúine* dos nossos autochthones é celebre, pela fabula das Amazonas, inventada por Francisco Orellana, que disse ahiás encontrara, habitando então as cercanias [...]. Hoje é notavel este rio, não pelas suas recordações historicas, mas por ser o principal da Guyana Brasileira, na provincia do Pará e pelo facto de ser tambem o refugio dos escravos fugidos, constituindo o primeiro e maior mocambo do Brazil, respeitado e temido por uns e espetaculo por outros [...]. A perspectiva para aquelle que entra pela foz do rio, não sendo imponente ou deslumbrante, é comtudo agradável e bonita (Rodrigues, 1875c, p. 5).

Foi durante esta excursão que, no dia 25 de fevereiro, Barbosa Rodrigues encontrou uma nova espécie de palmeira, a *B. cosnantiae*, com a qual homenageou sua esposa Constança Barbosa Rodrigues, “companheira de trabalhos e fadigas” que, “compreendendo a missão da mulher casada, busca com seu marido partilhar gozos, os trabalhos e os perigos, a que sempre se expõe o naturalista em lugares desertos, assolados de indios e animaes ferozes” (Rodrigues, 1875c, p. 13).

Terminados os trabalhos de exploração do rio Trombetas, Barbosa Rodrigues retornou para Óbidos, a partir de onde decidiu explorar outro afluente do rio Amazonas pela margem esquerda, o rio Jamundá ou Nhamundá, “o antigo *Cunury* ou dos *Cunurys* dos gentios”, que, segundo ele, estava “entre os rios desconhecidos da provincia do Pará, dignos de ser explorados” (Rodrigues, 1875d, p. 3). Ele saiu de Óbidos em 22 de julho de 1874, “em uma canoa tripulada por tapuios”, com a intenção de promover, “alem do estudo da natureza”, uma investigação sobre “as Amazonas, encontradas por Francisco Orellana”,

para a qual “levava uma chave preciosa, o historico e maravilhoso *muirákitan*” (Rodrigues, 1875d, p. 4).

A EXPLORAÇÃO DO RIO CAPIM

A ideia de explorar o rio Capim surgiu no final de 1874, quando, em Óbidos, Barbosa Rodrigues procurou saber quais rios da região ainda não haviam sido explorados por naturalistas. Ao saber que o Capim era um deles¹, o botânico brasileiro procurou, e conseguiu, apoio do Governo Provincial do Grão-Pará para realizar a viagem. A 7 de dezembro, em uma lancha do 3.º Distrito Naval, cedida pela província (Jornal do Pará, 1874), ele partiu com destino ao famoso engenho de José Calixto Furtado (1806-1882), fazendeiro e industrial, chefe do partido político conservador na freguesia de Santana do Capim (A Constituição, 1882)².

A foz do rio Capim – palavra que, segundo Barbosa Rodrigues, seria a contração dos vocábulos indígenas *caa* (planta), *pe* (talo) e *hy* (fino), isto é, planta de talo fino (Rodrigues, 1875e) – era limitada

[...] ao sul por diversas ilhas, e ao norte pela ponta de terra firme, onde na extrema occidental está edificada a cidade de Santa Maria de Belém. Tem ahi de largura, quase 1 ½ milha ingleza [...]. Na margem sul uma orla de mata continua, e na margem norte a mesma orla, interrompida por uma ou outra casa ou estabelecimento industrial. Ahi fica o paiol da polvora do governo, á margem de um ribeiro Aurá [...]. Acima do Aurá [...] duas milhas, na margem esquerda terminam as ilhas e apparece um canal que une este rio ao [Moju] [...] quasi fronteiro ao Ariboca (Rodrigues, 1875e, p. 4-5).

Ainda de acordo com Barbosa Rodrigues, desde a sua foz, o rio Capim apresentava

[...] margens, em plano inclinado, a formar baixos, mais ou menos elevados e prolongados para o centro [...]. O lugar onde a sonda deu maior profundidade foi defronte ao Aurá, que media 8 ½ braças no canal e 4 ½ sobre os baixos. Depois de 10 milhas, de caminhar sem mudar de rumo, volta-se formando uma curva saliente na margem esquerda, denominada Ponta Negra [...]. A dez milhas da Ponta Negra, fica o igarapé Caraparú (corruptella de *Acará*, peixe do gênero *mezonauta*, bonito), onde outr’ora houve uma freguezia, e ainda hoje é muito habitado (Rodrigues, 1875e, p. 5).

Seguindo o curso do rio, depois do igarapé Caraparú, estava a ilha Bom Intento e, em seguida, existiam duas fazendas, ‘Mucajuba’, fundada em 1762, e ‘Bom Intento’, ambas localizadas na margem esquerda. Logo após, encontrava-se a ilha de Pernambuco dos Frades e, próximo a ela, na margem direita, a fazenda Pernambuco, localizada “n’um dos pontos mais lindos do rio, e donde se goza a primeira formação da *pororoca*” (Rodrigues, 1875e, p. 6). Pela mesma margem, cerca de nove quilômetros depois, chegava-se à foz do rio Inhangapi. Cerca de seis quilômetros e meio depois, existia a Engenhoca de Santa Thereza de Monte Alegre, que, segundo Barbosa Rodrigues, era habitada por escravos libertos da Ordem dos Carmelitas. Na margem oposta, a pouco mais de um quilômetro e meio de Santa Thereza, encontravam-se

¹ Na verdade, o naturalista inglês Alfred Russel Wallace (1823-1913) havia percorrido a foz do Capim em junho de 1849, logo depois de ter explorado o rio Guamá, “a fim de verificar [...] *de visu*” o fenômeno da pororoca (Wallace, 2004, p. 155).

² Depois de ir à pororoca, Wallace seguiu para São Domingos do Capim, “situada na barra dos rios Guamá e Capim” (Wallace, 2004, p. 157). Depois de uma semana na “pequena povoação” (Wallace, 2004, p. 157), o naturalista seguiu “pelo braço ocidental do rio Capim” (Wallace, 2004, p. 158), até alcançar a fazenda “São-José, de propriedade do Sr. [José] Calixto” Furtado, que lhe recebeu “cortesmente” e lhe convidou, segundo as palavras do viajante: “para permanecer em sua companhia, tanto tempo quanto eu entendesse, e prometendo-me fazer de tudo que estivesse ao seu alcance, para servir-me” (Wallace, 2004, p. 158-159). Wallace descreveu a propriedade de Calixto, que incluía engenhos de açúcar, de aguardente, para beneficiar o arroz, além de grandes armazéns que, segundo o naturalista, eram as “melhores e as mais modernas construções” que viu na região (Wallace, 2004, p. 159). Após as instalações, Wallace deteve-se na descrição da mão de obra empregada na propriedade, no caso, “cerca de cinquenta escravos, de todas as idades, e cerca de outros tantos índios, que trabalhavam nas lavouras de cana e arroz, nos moinhos e a bordo das canoas” (Wallace, 2004, p. 159). Ao descrever o inusitado ‘regime social’ implantado na propriedade de Calixto, em que todos eram “felizes, como se fossem verdadeiramente crianças” (Wallace, 2004, p. 162), a obra de Wallace chamou a atenção do antropólogo Vicente Salles (1931-2013), o maior estudioso sobre a escravidão negra na Amazônia, que lhe dedicou algumas páginas em seu clássico “O negro no Pará sob o regime da escravidão” (Salles, 2005, p. 145-149).

[...] uns baixos pedregosos [...] que se estendem para o meio do rio, chamados do [Bojaru]; onde quase de frente fica a fazenda de Sant'Anna ou do Mirahyteua [...]. Nestes baixos a pororoca, já com furia se arrebenta e tem feito estragos na margem [...]. Abaixo desta fazenda houve ha mais de um seculo uma ilha que foi destruida pela pororoca, e começa o leito do rio a apresentar-se rochoso, elevando-se n'uma das curvas que faz o rio para SE, a formar os baixos denominados Tatuiaia (Rodrigues, 1875e, p. 7-8).

Oito quilômetros após os baixos, pela margem direita, ocorria a afluição dos rios Guamá e Capim, próximo a São Domingos da Boa Vista, onde “o rio com a sua curva e com a recepção do Guamá, affecta a fórma de um T” (Rodrigues, 1875e, p. 8). Alguns quilômetros depois de São Domingos, na margem esquerda, existia a fazenda Graciosa. Depois dela, o curso do rio fazia uma curva no formato de ferradura e, em seguida, surgia o que pareciam ser os restos de uma ilha destruída pela pororoca. Nesse perímetro, desaguavam os igarapés Caquita e Palheta (Rodrigues, 1875e). Após eles, existiam dois engenhos, ambos pertencentes a Vicente Chermont de Miranda (1849-1907): o Tapiyruçu – “antigo, de uma construção solida e com uma bonita capella, infelizmente maltratada” (Rodrigues, 1875e, p. 23), que utilizava as águas represadas de um igarapé com o mesmo nome para moer cana-de-açúcar e arroz – e o Aproaga – que utilizava as águas do igarapé Jaruará para mover suas máquinas. Entre eles, desaguavam os igarapés Jari (margem direita) e o Pirajoara (margem esquerda) (Rodrigues, 1875e).

Três quilômetros adiante do Aproaga, ficava localizada, na margem direita do rio, a freguesia de Santana do Capim e, a pouco menos de dez quilômetros depois, mais pela margem esquerda, encontrava-se o engenho Santo Antônio, dentro da fazenda São José, de propriedade de José Calixto Furtado, o único da região que possuía “machinas a vapor, uma com todos os melhoramentos modernos e de grande custo para o descarçamento do arroz e a moagem da cana” (Rodrigues, 1875e, p. 25). Esse engenho produzia e exportava “arroz, assucar, cachaça, farinha etc.” (Rodrigues, 19875e, p. 25). Além desta propriedade, Calixto Furtado

possuía o “Sítio do Carmo”, de mais de “oito léguas de terras”, também no rio Capim (Rodrigues, 1875e, p. 26).

O rio formava um pequeno conjunto de cinco ilhas, com vários sítios, entre os quais desaguavam os igarapés Jaboti Maior e Tachyteua, ambos pela margem direita. Logo após esse trecho, além de desaguar o igarapé Anunirá, existia uma escola particular

regida pelo habil professor Thomaz Francisco de Madureira Pará, filho de João Francisco de Madureira Pará, que se tornou celebre, por ter sido o que sem ter conhecimento de typographia montou a primeira na capital da provincia, fazendo elle todos os typos (Rodrigues, 1875e, p. 27).

Cerca de dez quilômetros adiante do Anunirá, localizava-se a ilha São Caetano. Três quilômetros, além de desaguar o igarapé Maracachy, encontrava-se a ilha Caapoamque, que, segundo Barbosa Rodrigues, era a maior do rio Capim, com pouco mais de três quilômetros de extensão (Rodrigues, 1875e). Mais à frente, estava o igarapé Jauaryteua, denominação dada por Barbosa Rodrigues devido à existência de grande quantidade de palmeiras do gênero *Astrocaryum jauari* no local (Rodrigues, 1875e, p. 27). A partir desse trecho, a margem direita passou a ficar irregular, sendo formada por pequenos outeiros de argila vermelha. Pela margem esquerda, encontrava-se o sítio de Manoel dos Santos e, em seguida, a ilha Gipó-oca (Rodrigues, 1875e).

A partir dessa ilha, encontrava-se o que Barbosa Rodrigues chamou de ‘região dos lagos’, formada pelo ‘Tachy’ – onde, de acordo com o botânico, no verão, costumava-se fazer grandes salgas de tucunaré e pirarucu (Rodrigues, 1875e) – e pelo ‘Tymbira’, ambos pela margem esquerda, e o ‘Maria Preta’, ‘Caraná-deua’ e ‘Cata em Pé’, pela margem direita. Quase defronte a este último, pela margem esquerda, ficavam o sítio São Francisco e, cerca de três quilômetros depois, Badajós (hoje, vila do município de Ipixuna), localidade que também pertencia a José Calixto Furtado e que, segundo Barbosa Rodrigues, fora destruída pela Cabanagem, a grande “rebellião de 1835” (Rodrigues, 1875e, p. 34). Pela mesma margem, a cerca de

cinco quilômetros de Badajós e perto do rio Candiru-Miri, ficava a localidade de São Bento. Próximo, desaguava, pela mesma margem, o rio Candiru-Açu, que, conforme Barbosa Rodrigues, seria o segundo maior afluente do rio Capim. Foi neste rio que o botânico resolveu terminar a expedição, uma vez que não conseguiria subir até as cabeceiras do rio Capim, por causa do período chuvoso amazônico (Rodrigues, 1875e).

AS ORIGENS DA OCUPAÇÃO HUMANA DO RIO CAPIM SEGUNDO BARBOSA RODRIGUES: A QUESTÃO DO MACHADO DE DIORITO E OS TUPINAMBÁ

Outro aspecto estudado do rio Capim por Barbosa Rodrigues foi a sua ocupação humana. O botânico acreditava que “a belicosa tribo dos Tupinambás” (Rodrigues, 1875e, p. 28) teria habitado o rio Capim, confirmando o que diziam “a historia e tradição” (Rodrigues, 1875e, p. 28). Tal hipótese seria corroborada por um artefato arqueológico – um ‘machado de pedra’ – encontrado por Barbosa Rodrigues em um terreno – com características de já ter sido cultivado –, localizado a 13 metros acima do nível do rio, na propriedade de um “velho tapuio” (Rodrigues, 1875e, p. 28) chamado Manoel dos Santos. Foi grande o destaque dado pelo naturalista a este achado, que considerava ter importância maior em relação a todos os que encontrou ao longo de suas viagens pela Amazônia (Rodrigues, 1875e).

A partir do achado, Barbosa Rodrigues realizou uma pequena digressão sobre os Tupinambá, afirmando que eles, depois de serem

[...] batidos pelos portugueses em Cabo Frio em 1572, expatriaram-se e internando-se pelo sertão uns chegaram as cabeceiras do rio Madeira, por onde desceram, e outros as do rio Tocantins, por onde também descendo, espalharam-se por este rio, pelo Guamá e pelo Gurupy, onde se aldearam em diversos lugares e se fortificaram (Rodrigues, 1875e, p. 28).

Desse modo, quando da chegada dos primeiros portugueses à região, os Tupinambá eram os “senhores

dessa região” (Rodrigues, 1875e, p. 29), impondo forte resistência aos colonizadores por não esquecerem o massacre de Cabo Frio (Rodrigues, 1875e, p. 29). Mesmo assim, como salientou Barbosa Rodrigues, os portugueses conseguiram, “fazendo paz” (Rodrigues, 1875e, p. 29) com esses índios, em 12 de janeiro de 1616, edificar um pequeno forte, o qual, mais tarde, viria a tornar-se a cidade Belém. Um ano depois, o clima de paz entre portugueses e índios alterou-se, pois, os Tupinambá de várias aldeias, como Caju, Montigura, Iguapé, Guamá e Capim, rebelaram-se contra os portugueses, tendo sido derrotados somente após intensos combates (Coelho et al., 2006, p. 21-68). Alguns anos mais tarde, por intermédio do capitão Bento Maciel Parente (1567-1642), esses índios ainda ajudaram os colonizadores na dominação das outras tribos. A partir de então, entraram em decadência, até desaparecer no final do século XVIII. Contudo, segundo Barbosa Rodrigues, ainda existia “uma relíquiãna nação dos Tembés, que quanto a mim é uma das muitas subdivisões que teve a tribo” (Rodrigues, 1875e, p. 31-32).

Phillips (2014) corrobora o pensamento de Barbosa Rodrigues sobre a dispersão dos Tupinambá para outras regiões do Brasil, após o confronto com os portugueses, em Cabo Frio. Entretanto, Mellati (2016) acredita que os índios contatados pelos portugueses em 1616 eram, na verdade, de uma tribo descendente dos Tupinambá, os Tenetehara, que também foram subjugados por Bento Maciel Parente.

AS FREGUESIAS DO RIO CAPIM

À época da viagem de exploração de Barbosa Rodrigues, o rio Capim possuía duas freguesias: de São Domingos da Boa Vista e de Santana do Capim. A primeira foi criada em 1758, no final do governo do capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), e com o parecer favorável do 3º Bispo do Grão-Pará, o dominicano frei Miguel de Bulhões e Souza (1706-1778), que a batizou em homenagem ao patrono de sua ordem. Localizava-se na margem direita do rio, nas seguintes coordenadas geográficas, levantadas por Barbosa Rodrigues: 1º 40' 0”

de latitude Sul e 4° 40' 33" de longitude a Oeste do observatório do Rio de Janeiro (Rodrigues, 1875e).

Segundo o botânico, São Domingos estava "no ponto mais lindo do rio Capim, sobre um terreno solido, que se eleva acima da preamar tres metros [...] onde a pororoca se apresenta magestosa" (Rodrigues, 1875e, p. 8). Possuía 17 casas, que eram "edificadas sem ordem, todas arruinadas" (Rodrigues, 1875e, p. 8). Havia nesta freguesia um comerciante brasileiro e uma escola pública para meninos, que não era muito frequentada pelas crianças da localidade. Ela ainda contava com uma nova igreja matriz, que estava em construção desde 1862 (a pororoca tinha destruído as duas primeiras), feita

[...] de pedra e cal, espaçosa para a população dahi; com um frontispicio elegante; com a capellamór forrada, tendo o tecto lãvres de talha dourados e pinturas de côres sombrias, o que se faz realçar o ouro de seus florões. O altar-mór também é dourado e cheio de obras de talha, onde se vê o estylo antigo bem representado. Está este templo mal conservado e pouco asseiado (Rodrigues, 1875e, p. 9).

Em 1872, o Governo Provincial tentou mudar a sede da freguesia para outro local, uma vez que estava em um "estado de decadência" (Rodrigues, 1875e, p. 9), em razão das destruições causadas pela pororoca. Tal decisão, contudo, nunca se efetivou. Em relação ao aspecto econômico, Barbosa Rodrigues salientou o cultivo de cacau, café, arroz, tabaco, bem como a fabricação da farinha, além da extração da goma elástica, sendo o arroz, o tabaco e a farinha os principais produtos de exportação (Rodrigues, 1875e).

Já a freguesia de Santana do Capim localizava-se também na margem direita do rio Capim. Segundo as medições de Barbosa Rodrigues, na latitude S de 2° 5' 0" e na longitude O de 4° 40' 20". Nela, havia uma matriz, 14 casas, dois comerciantes brasileiros e uma escola pública, com 42 alunos matriculados. Nessa escola, assim como na de

São Domingos, existiam 24 meninos pobres, que estudavam com a ajuda de José Calixto Furtado (Rodrigues, 1875e).

De acordo com Barbosa Rodrigues, outras localidades importantes da região, mesmo não sendo banhadas pelo rio Capim, eram: vila de Ourém, localizada no rio Guamá e fundada em 1753; Bujaru, no rio Bujaru; São Miguel, no rio Guamá; e Irituia, no rio Irituia³; além de São Vicente Ferrer de Inhangapi, no rio Inhangapi, criada pela Lei n. 14, de 9 de setembro de 1839 (Rodrigues, 1875e).

Para descrever a composição da população das vilas e de freguesias do rio Capim, bem como de seus afluentes, além das observações, Barbosa Rodrigues utilizou o mapa de estatística da província do Pará, de 1872, elaborado por Antônio dos Passos de Miranda (1847-1899), o qual compôs o relatório do presidente de província Domingos José da Cunha Júnior, apresentado em 1º de julho de 1873 (Miranda, 1873). Acerca da população das vilas e de freguesias do rio Capim e de seus afluentes, Barbosa Rodrigues salientou três pontos: o primeiro foi que "como em quasi todas as freguesias da província, principalmente deste rio, a população feminina é superior á masculina, devido á emigração constante para os seringais" (Rodrigues, 1875e, p. 25); em segundo lugar, que existiam "a raça tapuya, com o seu cruzamento, e a preta, que geralmente representa a escravatura que se acha dividida pelos diversos engenhos" (Rodrigues, 1875e, p. 25); e, por último, que

Comparando-se a população hodierna com a de 1833, que era de 5.298 habitantes sendo 2.673 livres e 2.625 escravos, nas três freguezias que então existiam, vê-se que não só duplicou, como tambem uma grande vantagem se conseguiu; que, foi a diminuição do elemento escravo que, sendo quasi igual então ao livre, hoje é muito menor (Rodrigues, 1875e, p. 25).

Segundo Nunes (2012), a população que habitava a região do rio Capim, além de ter suas origens ligadas a colonos portugueses, a 'tapuias', a negros e a indígenas, diversificou-se ainda mais a partir da segunda metade do

³ Todas estas três últimas localidades foram elevadas à categoria de freguesia em 1758 (Rodrigues, 1875e).

século XIX, com a criação de núcleos coloniais por parte do Governo Provincial, além da conseqüente chegada de imigrantes nordestinos e de estrangeiros, como os japoneses.

Atualmente, ao longo das margens do Capim, vivem pelo menos três comunidades quilombolas no baixo rio Capim: São Mateus, Quiandeuá e os chamados ‘Povos do Aproaga’, formados pelas comunidades Taperinha, Nova Ipixuna (antes denominada de Canavial) e Sauá-Mirim; esses povos estão relacionados ao engenho de mesmo nome que existiu no rio Capim, do qual hoje restam apenas algumas ruínas (Almeida, 2008; Moraes, 2011). O grupo reivindica a conservação desse patrimônio, pois o considera como parte de sua história, visto que as relações sociais com os que se declaram proprietários (Vicente Chermont de Miranda e herdeiros) vêm desde a escravidão até o presente. Os ‘Povos do Aproaga’ estão associados, desde novembro de 2007, à Associação Quilombola Unidos do Rio Capim (Almeida, 2008; Moraes, 2011). O processo de titularização de suas terras encontra-se no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desde 2007, sendo que, em 2011, a Portaria n. 195, de 29 de novembro, expedida pela Fundação Cultural Palmares e publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de dezembro, as certificou como remanescentes de quilombo (Brasil, 2011, p. 35).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2012, esta comunidade, através da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESPA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do próprio IPHAN, foi beneficiada com o projeto “Pesquisa diagnóstica do engenho Aproaga e de seu entorno”, que visava desenvolver diagnósticos, ações educativas, de valorização e de salvaguarda das memórias da comunidade Taperinha, que habita no entorno do engenho Aproaga (IPHAN, 2012).

OS ÍNDIOS TEMBÉS DO RIO CAPIM

No Natal de 1875, Barbosa Rodrigues visitou uma nova aldeia Tembés, próxima ao igarapé Pixuna, um dos afluentes

do rio Candiru-açu, localizada “em um terreno elevado, a margem do rio e rodeada de florestas” (Rodrigues, 1875e, p. 40), formada por alguns índios que fugiram do aldeamento Santa Leopoldina e por outros vindos de florestas próximas aos rios Urahy e Pimental (afluentes do rio Gurupi), e aos rios Putyritá e Cauichy (afluentes do rio Capim). O botânico ficou hospedado na casa do Tuxaua, com quem “felizmente” conseguiu se comunicar “não só por fallar o tucháua já algumas palavras portuguezas, como por entenderem a lingua geral que para quem viaja por todas as regiões é um poderoso auxiliar” (Rodrigues, 1875e, p. 40). A partir de então, o viajante fez uma longa e importante descrição etnográfica desses índios, que classificou como sendo

[...] baixos, reforçados, de uma côr morena clara, bonitos, sendo em geral as mulheres mais altas e gordas, malfeitas de corpo, tendo comtudo feições delicadas e bonitas. Os que vivem ainda fóra do contacto com os brancos, assim chamam os civilizados, usam o beijo inferior furado, onde penduram uma rodella de pao (Rodrigues, 1875e, p. 45).

Segundo Barbosa Rodrigues, no

[...] estado selvagem, vivem os Tembés, inteiramente nús, sómente encolhendo o membro viril, com uma tala de cipó ou fio de algodão, para o encobrir, a que dão o nome de *Tacuonguáua* (*Tacuonguáua*, abreviatura de *taconha*, membro viril, e proposição verbal *aua*). Trazem os cabellos grandes cahidos pelas costas e aparados na testa. Fazem um tecido de fios de algodão no braço esquerdo, e tingem de urucú, para livral-o da pancada da corda do arco, quando é despedida a flexa, cujo tecido serve de enfeite e só tiram quando se estraga; chamam *poapêcuaaua* (Rodrigues, 1875e, p. 40-41).

Segundo o botânico, a aldeia não se encontrava nos melhores estados, o que, segundo ele, fazia com que os índios retornassem aos seus antigos hábitos, andando quase despidos, uma vez que as calças dos homens e as saias das mulheres estavam muito rasgadas e sujas. Na verdade, estes índios eram “semi-civilizados, ainda [estando] em contacto com os que vivem nas selvas” (Rodrigues, 1875e, p. 45).

Contudo, eram “de indole pacífica; de caracter brando e de constancia nos seus actos. Amam a sua independencia e a liberdade do seu nascimento” (Rodrigues, 1875e, p. 45).

Segundo Barbosa Rodrigues, as mulheres da aldeia usavam o *tupóy*, “uma facha larga de algodão tecido, branca ou tinta de [urucu], passada a tiracollo sobre o hombro direito, que pendendo sobre o corpo, enconbre-lhes a parte vergonhosa” (Rodrigues, 1875e, p. 42), e que também servia para carregarem suas crianças. Elas eram as responsáveis por fiar o algodão e tecer as *maquyras*, as redes usadas por todos os índios para dormir (Rodrigues, 1875e). Já sobre os homens, chamou a atenção de Barbosa Rodrigues o fato de eles usarem arcos cobertos por *muirápára*, “um tecido de fio de algodão, excepto no centro, para dar mais consistência” (Rodrigues, 1875e, p. 42), e dois tipos de flechas, a *tacuara* – usada para as caçadas e durante as guerras – e a *macauau-éte* – feita em osso e usada na pesca (Rodrigues, 1875e).

Outros costumes dos Tembê também chamaram a atenção de Barbosa Rodrigues, como o fato de as habitações desse povo não serem totalmente fechadas e terem a forma de ‘pequenos ranchos’, cobertos com casca de abiurana (*Pouteria torta*). Havia algumas roças de mandioca (*Manihot esculenta*) próximo à aldeia, mas os índios ainda caçavam e pescavam, hábitos que denunciavam seu estado de ‘semi-civilização’ (Rodrigues, 1875e). Além disso, esses índios eram

[...] polygamos e os principaes podem ter quantas mulheres lhes parecer. O tucháua desta maloca, assim como o pai do mesmo, tinham cada um trez mulheres. No casamento não ha ceremonias, em geral entregam a um rapaz uma menina, que elle vai habitar até chegar á puberdade, não sabendo-se o dia da união. A gravidez é que a denuncia. Pelo falecimento tambem não ha ceremonias, enterram em covas dentro de uma grande casa propria, que chamam *iutimáua*, envolvendo o morto em cascas de jutahy (Rodrigues, 1875e, p. 45-46).

Contudo, o ponto alto da presença deste viajante entre os Tembê foi a ‘festa da tucanayra’. Na ocasião, os

homens Tembê enfeitavam-se com grande quantidade de adereços, que começavam com o *najahy*, um conjunto de ornamentos de penas para a cabeça, formado primeiro pelo *akanitac*, um tipo de testeira feita de “fio de algodão” e de “pennas da cauda do japu (*Psarocolius decamanus*)” (Rodrigues, 1875e, p. 42); o segundo era o *aranipé*, espécie de babado feito de pena de arara vermelha, preso na parte inferior do *akanitac*, o qual caía pelas costas; o terceiro era o *atuárauê*, tipo de resplendor feito com três ou quatro penas de arara, preso em um tecido de algodão que continha penas de papagaio (Rodrigues, 1875e). Já as mulheres colavam os

[...] cabellos com cêra virgem, e sem ordem, pequenas borlas de papo de tucano, chamadas *uêçaê*; cobrem os braços com a penugem branca de gavião real, que é segura ao breu, com que se untam. A esse enfeite dão o nome de *uirááua*. Tirar-se uma das borlas do *uêçaê* é uma offensa. Pintam as pernas com urucú e jenipapo (Rodrigues, 1875e, p. 43).

Já na parte superior do antebraço, homens e mulheres usavam a *tiuapêcuaytap*, uma pulseira feita de tecido tingido de vermelho, que, na parte interna, possuía cordões terminados em borlas de penas de papo de tucano. Nas ‘batatas’ das pernas, amarravam estreitas ‘ligas’ de cordas, chamadas *tetémacudu*. Nos tornozelos, o *auáiú*, que eram também ‘ligas’ onde ficavam presos os chocalhos de piquiá (Rodrigues, 1875e).

Os Tembê usavam o *mimê*, um tipo de corneta com a qual eles conclamavam toda a tribo para a dança. Ela era feita de maçaranduba em duas partes, sendo coladas com a seiva dessa árvore, a qual é usada também para colar a plumagem, feita de penas de “papo de tucano amarello e vermelho e de mutum, pretas”, que reveste a buzina (Rodrigues, 1875e, p. 43). Estas cornetas possuíam o formato de um chifre, e o lado curvo era por onde os índios sopravam. Sobre o orifício, um cordão feito em algodão era preso, com o qual colocavam o *mimê* em suas costas ou nos pescoços. Ao Tuxaua, estava reservado o uso do *arauê*, um tipo de cetro, feito de

penas de gavião real, findados por “borlas de papo de tucano” (Rodrigues, 1875e, p. 43).

O relato de Barbosa Rodrigues evidencia que a festa começou por volta das sete horas da noite, com toques “estridentes” das *mimê*, que fizeram com que os cerca de 80 índios se reunissem no “terreiro limpo da maloca” para esperar o Tuxaua, o qual, por sua vez, esperava o término de uma “cantoria triste” feita por quatro índias idosas em frente à sua casa (Rodrigues, 1875e, p. 43). Uma vez no terreiro, o Tuxaua foi rodeado pelos índios e, sob a “grande claridade da lua”, rodeados por tochas de breu, iniciou o seu “canto rude” (Rodrigues, 1875e, p. 43). Durante o canto, os índios

De braços unidos ao corpo, com as mãos levantadas [...] responderam em côro, formando-se a dança. Formaram dous círculos concêntricos em roda do tucháua e de mais dous velhos que a elle se uniram, todos com seus arcos, tendo cada um uma mulher a seu lado, e começaram a fazer uma especie de passo lateral, ora á direita ora á esquerda, batendo com força os pés no chão, repetindo em côro as syllabas *gê-gê-gê*. O som rouquenho de suas vozes, o ruido que faziam com os pés tornava medonha esta dança, que se interrompia para continuar a cantiga das mulheres em casa. Quasi todos tinham grandes cigarros de tauray; alguns com um metro de comprido, que não só sorviam a fumaça como sopravam; fazendo o effeito de um archote. Estes cigarros passavam por todas as bocas, até pelas das crianças de 2 annos. Dão a este cigarro o nome de *pitymóu* (*Pityma*, tabaco, ú, por *açu*, grande). Sem interrupção continuou a dança até a meia noite, correndo em cuias o tucanayra, no intervallo em que as mulheres cantavam. Fizeram-me bebel-a, com repugnancia o fiz, mas achei-a de um doce acidulado bem agradável. Semi-embriagados já estavam quando deixaram a dança, quebrando o silencio da noite o alarido de suas vozes. Visto de parte, á luz da lua e do fogo do breu, parecia uma dança infernal (Rodrigues, 1875e, p. 44-45).

Durante sua estada entre os Tembê, Barbosa Rodrigues realizou um estudo comparativo do dialeto utilizado por eles, encontrando várias palavras semelhantes às do vocabulário Tupinambá. Segundo ele, o dialeto dos Tembê, quando

[...] comparado com a lingua tupy ou geral, pouco differe da actual e essa differença quase que é causada pela sua degeneração e corrupção. Do vocabulario que fiz, extraio alguns exemplos [...] *Uira-ueté*, o gavião real, decomposto e *uirá, u* (Na antiga língua tupy, não havia *açu* grande, mas sim *ú*, que sendo muito aspirado como se pronuncia *açu*) e *eté*, que quer dizer o passaro verdadeiramente grande, palavras todas da lingua geral. *Tacuengáuaá*, nesta phrase vê-se claramente decompondo-se a palavra *taconha*, que é da lingua geral de hoje e a terminação *áua* (aba de hoje), que sempre que se junta á uma palavra é para indicar uma cousa feita (Rodrigues, 1875e, p. 46).

Barbosa Rodrigues, ao comparar o dialeto dos Tembê com o Tupi e a Língua Geral (nheengatu), concluiu, então, que estes índios eram “uma das relíquias que existe da valente nação dos tupinambás” (Rodrigues, 1875e, p. 46), já que haviam poucas diferenças entre os dois dialetos. Para chegar a essa conclusão, levou em consideração a “degeneração e corrupção” que os indígenas sofreram ao longo dos anos, e percebeu que ela foi um dos grandes motivos para a perda do dialeto original (Rodrigues, 1875e, p. 46). Anos mais tarde, em 1890, no prefácio de “Poranduba amazonense”, Barbosa Rodrigues utilizou essa ideia de “degeneração e corrupção” para afirmar que o

[...] o nheengatu, posto que, corrompido pela influencia portugueza, menos viciado no Amazonas que no Pará, comtudo é mais puro que o tupi do Sul e que o guarany, porque o influxo extranho não conseguiu apagar, no fundo, a pronuncia primitiva do abaneenga (Rodrigues, 1890, p. 10-11).

Desse modo, para o botânico, a ideia de “degeneração e corrupção” bastava para provar “de que aquelles índios, não são mais do que filhos de uma das subdivisões da tribu Tupinambá, que a historia nos conta” (Rodrigues, 1875e, p. 46). Outros pontos importantes que o ajudaram na elaboração dessa hipótese foram certos costumes dos Tembê, que, segundo ele, eram iguais aos dos Tupinambá, por exemplo, o consumo de bebida inebriante, o uso do *tacoenguaaua* (o furo do beijo) e do *tupóy* (Rodrigues, 1875e).

Estudos recentes corroboram a hipótese de Barbosa Rodrigues de que os Tembê procediam dos Tupinambá (Mellati, 2016; Phillips, 2014). Segundo Paixão (2010), os Tembê seriam, na verdade, um grupo de índios Tenetehara, descendentes dos Tupinambás, que se estabeleceu no Pará, oriundo da região do rio Pindaré, um afluente do rio Gurupi, fronteira entre os estados do Pará e do Maranhão. Durante o século XIX, estes índios foram divididos por alguns fatores, entre eles os constantes conflitos com os Timbira, índios da família Gê (Mellati, 2016), e as frequentes secas que castigaram a região, causando o contato dos indígenas com diversos imigrantes, levando-os a contrair enfermidades, como sarampo, varíola e coqueluche. De acordo com Paixão (2010), muitos indígenas refugiaram-se nas matas para evitar maiores contatos e, desse movimento, “parte dos Tenetehara, conhecidos como Tembê” (Paixão, 2010, p. 81) alcançou o Pará, mais precisamente nas

[...] regiões dos rios Capim, Guamá e Gurupi [...] permanecendo na região do Maranhão o grupo Guajajará. O grupo que migrou para o Pará se subdividiu em três frentes: um grupo atinge o rio Capim, outro grupo fixa-se no alto do rio Guamá e o último grupo permanecerá mais próximo à fronteira do estado do Pará com o Maranhão, mais especificamente no médio Gurupi, e ficará durante longo tempo dividido entre estes dois estados (Paixão, 2010, p. 81-82).

BARBOSA RODRIGUES E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Durante sua permanência na Amazônia, Barbosa Rodrigues enviou ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas diversos objetos e relatórios parciais de suas descobertas, além de publicar notícias em vários jornais, entre eles o *Diário do Gram-Para* (Pará), o *Amazonas* (Rio Negro) e o *Diário Oficial do Imperio* (Rio de Janeiro) (Sá, 2001). Estas memórias logo chamaram a atenção dos leitores, especialmente do sócio do Instituto, Felizardo Pinheiro de Campos (1813-1889), que, desde 7 de junho de 1872, ofereceu à biblioteca do Instituto um exemplar do jornal com a memória “Explorações e estudo

do valle do Amazonas”, bem como “esclarecimentos ethnographicos sôbre o Alto-Amazonas, e informações locais de subido valor” (Azevedo, 1872, p. 545). No decorrer de junho de 1872, Pinheiro Campos continuou oferecendo as memórias de Barbosa Rodrigues, até que, na sessão do dia 5 de julho, no Instituto, ele propôs que

a digna comissão de redacção da *Revista*, no caso de não ter matéria urgente de mais subido valor, procure inserir na nossa *Revista* aquelle trabalho, com brevidade, a fim de poder ser lido integralmente e conhecido no mundo litterario (Azevedo, 1872, p. 545).

No dia 27 de setembro, esta proposta foi enviada à Comissão de Redacção da *Revista Trimestral* do Instituto. No dia 11 de outubro, a Comissão emitiu um parecer reconhecendo

a conveniência de se dar a publicidade á tudo quanto possa interessar a historia, geographia e ethnographia do Brasil, e é de parecer que se faça a pedida publicação, logo que o permita a preferencia que justamente cabe á materias mais urgentes e de incontestavel valor (Azevedo, 1872, p. 577).

Contudo, pelo grande número de propostas anteriores à ela, esta memória de Barbosa Rodrigues acabou nunca sendo publicada na *Revista Trimestral* do Instituto.

Em 1875, aproveitando a boa repercussão de sua viagem à Amazônia, Barbosa Rodrigues procurou associar-se ao Instituto, contando com o apoio dos sócios José Tito Nabuco de Araújo (1832-1879), Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894) e José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), ex-presidente da província do Pará (1864-1866). Em 9 de julho do mesmo ano, Barbosa Rodrigues apresentou, a título de admissão, o trabalho “Memorias sobre as orchidéas e as suas investigações do Valle do Amazonas” (Azevedo, 1875). Paralelamente, o botânico fez as seguintes doações ao Instituto: uma fotografia de uma figura talhada em pedra e achada no Amazonas; relatórios sobre os rios Urubu e Jatapu, Nhamundá, Capim e Trombetas; bem como as

obras “Enumeratio palmarum novarum” (Rodrigues, 1875f) e “Compromisso da irmandade do glorioso S. Benedicto dos pretos e mais devotos da freguezia de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castello”, este último, não publicado, foi classificado como sendo um manuscrito original, antigo e raro (Azevedo, 1875).

No decorrer do ano de 1875, as memórias de Barbosa Rodrigues passaram por diversas comissões, até que, no dia 23 de junho 1876, a Comissão Subsidiária de Trabalhos Geográficos

[...] examinou cuidadosamente os opusculos que sobre o valle do Amazonas apresentou o Sr. João Barboza Rodrigues como titulo de admissão ao gremio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, e á vista do grande numero de interessantes informações chorographicas e ethnographicas que encerram aquelles trabalhos, por sem duvida dignos de elogio, é de parecer seja aceito o candidato que, pelas disposições que mostra, está em condições de prestar importantes serviços á historia e geographia do Brasil. Rio de Janeiro, 20 de Maio de 1876 – Alfredo d’Escragonolle Taunay – Pedro Torquato Xavier de Brito (Azevedo, 1876, p. 373-374).

Em julho, a proposta de admissão de Barbosa Rodrigues ao Instituto

[...] foi remetida á comissão com o officio do Sr. 1º secretario, de 20 de Abril d’este anno, acompanhando tres exemplares das *Memorias* sobre os rios Yamundá, Capim, Trombetas, com quanto no mesmo officio se enumere outras sobre os rios Urubú e Jatapú, e a denominada *Enumeratio palmarum*, que não recebeu, e por isso acompanham este parecer. Pelo exame que fez a comissão das *Memorias* supia notadas, e que revelam da parte de seu autor serio estudo, e muito merecimento em relação sobretudo á parte geographica que nos interessa, é a comissão de parecer que esses trabalhos são dignos do acolhimento do Instituto. Sala do Instituto, em 23 de Junho de 1876 – Candido Mendes de Almeida – Guilherme S. de Capanema (Azevedo, 1876, p. 395-396).

Em 18 de agosto, a Comissão de Geografia encaminhou para Comissão de Admissão de sócios a dita proposta. Em 15 de setembro, foi emitido o seguinte parecer:

Proposto em Julho de 1875 para socio correspondente do Instituto Historico o Sr. João Barbosa Rodrigues, servindo-lhe de titulo de admissão seus opusculos sobre o valle do Amazonas, e outros trabalhos ethnographicos e corographicos, [...] foram elogiados, é de parecer a comissão de admissão de socios que o mesmo Senhor pôde ser admittido n’esta douta associação. Sala das sessões, em 1 de Setembro de 1876 – Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo – A. Marques Perdigão Malheiro – Dr. João Ribeiro de Almeida (Azevedo, 1876, p. 427).

Por fim, em 29 de setembro, depois do parecer ser publicado pela imprensa, finalmente, Barbosa Rodrigues foi proclamado sócio-correspondente pelo então presidente do Instituto, Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) (Azevedo, 1876). Na sessão de 15 de dezembro, Carlos Honório de Figueiredo (1824-1881), secretário do instituto, salientou que

Ao exame consciencioso da comissão de geographia foram sujeitas as *Memorias* escriptas, offerecidas pelos Srs. João Barbosa Rodrigues [...] Havendo sido ellas acolhidas favoravelmente, e por subseqüentes pareceres da comissão de admissão de socios, foram estes cavalheiros admittidos no gremio do nosso Instituto [...]. O Sr. João Barbosa Rodrigues, amator das sciencias naturaes e atthraido pelas riquezas que exornam o Valle do Amazonas, n’elle se embrenhou por longo tempo e colhendo importantes dados sobre a chorographia, ethnographia e botânica d’essa uberrima região, confeccionou com ellas *memorias* cheias de interesses, que lhe valeram o ingresso ao nosso seio (Azevedo, 1876, p. 496).

O cotidiano de Barbosa Rodrigues no Instituto foi movimentado, primeiramente marcado por várias novas doações que fez ao Instituto, como da Revista Ensaios de Sciencia por Diversos Amadores, a qual foi publicada em parceria com os amigos Guilherme de Capanema e Batista Caetano de Almeida Nogueira (1826-1882) (Azevedo, 1876). Além das doações, Barbosa Rodrigues participou como membro da Comissão de Pesquisa de Manuscritos (1878-1879) e da Comissão de Arqueologia e Etnografia (1880-1882), além de ter procedido a leitura de diversos trabalhos, por exemplo, dos “Estudos ethnographicos

baseados na observação própria e no estudo particular que fez sobre os nossos índios”, feita a 6 de setembro, em que

Um dos capítulos tem por título *Lendas e crenças*; n'ele o autor passa em revista as lendas e as crenças que correm por indígenas, mas que não são mais do que lendas européas e africanas aclimadas, e por isso comparou algumas, apresentando duas, onde a natureza do Amazonas é pintada com fidelidade: outro capítulo tem por título *Canto e dança*; n'este o autor passa em revista todos os instrumentos indígenas, dividindo-os em dois grandes grupos, os de sopro e percussão, subdividindo ainda o primeiro grupo em instrumentos de guerra e de festa, sendo os do segundo grupo todos de festa. Descreve diversos costumes indígenas, suas festas guerreiras e de puro deleite, faz justiça á índole do índio, cujo caracter é o mais nobre que conhece, e dá etimologias ás palavras indígenas, baseado no estudo que tem feito da língua *tupi*. O trabalho do nosso consocio é de muito interesse, e o autor promete continuar a sua leitura (Figueiredo, 1878, p. 466).

Em 1879, Barbosa Rodrigues envolveu-se em uma polêmica, explicada através da leitura de um “Protesto” durante a sessão de 23 de setembro do Instituto, que contava com a presença do imperador. Nele, o autor afirmava que

Tendo eu sido incumbido pelo governo imperial de proceder a estudos científicos no Pará, e entre elles o das palmeiras d'aquella vasta região, consegui descobrir mais... novas especies, que tinham escapado ás observações de Martius, Spruce, Wallace e outros. Dois annos depois chegou, como membro de uma commissão scientifica ingleza, o professor Traid [*sic*], o qual, vendo a grande quantidade de especies novas descobertas por mim, resolveu colleccionar as plantas da mesma familia. Resultou d'ahi uma noticia que se espalhou, confundindo os descobridores, e mais uma vez procurando offuscar o nome brasileiro (Figueiredo, 1879, p. 223-224).

Honório de Figueiredo concluiu seu discurso, dizendo que:

[...] quando o professor Traid [*sic*] chegou ao Pará, elle [Barbosa Rodrigues] já tinha estudado e desenhado as novas especies, o que constava dos *Relatorios* até então remetidos ao governo e

arquivados na secretaria de Estado. Além d'isso elle publicou em Novembro de 1875 as diagnoses d'estas novas especies, enquanto o professor Traid [*sic*] só principiou em Novembro de 1877 a sua publicação com innumerables inexactidões, e servindo-se do trabalho do nosso compatriota, que a cada passo cita. Não havia, pois, possibilidade de haver este copiado d'aquelle, e menos ainda de ter-lhe roubado prioridade de classificações, já anteriormente trazidas ao conhecimento do governo; e este não pôde ser increpado de ter feito esforços inuteis para o progresso da sciencia entre nós (Figueiredo, 1879, p. 223-224).

Essa questão iniciou-se em fevereiro de 1874, quando Barbosa Rodrigues conheceu o médico escocês James William Helenus Trail (1851-1919), na cidade de Óbidos, o qual fazia parte da Comissão Científica Inglesa, responsável por explorar o Amazonas, tendo por líder o geólogo inglês Charles Barrington Brown (1839-1917) (Rodrigues, 1875d). Barbosa Rodrigues viajou com os britânicos, realizando algumas incursões pelo rio Trombetas, onde Trail avistou uma nova espécie de palmeira, denominada por Barbosa Rodrigues de *Bactris traliana*, uma homenagem do brasileiro ao escocês (Rodrigues, 1875d). De acordo com Sá (2001), por algum tempo, essa cordialidade entre os botânicos existiu, mas se encerrou quando Barbosa Rodrigues desconfiou do interesse constante de Trail em visitá-lo na sua residência, em Óbidos. Tal desconfiança levou-o a não mostrar suas ilustrações e descrições de palmeiras encontradas por ele em sua exploração.

Esta situação piorou quando Barbosa Rodrigues retornou ao Rio de Janeiro, pois tinha receio de Trail publicar primeiramente os resultados de suas investigações, o que daria ao escocês a primazia das descobertas. Dessa maneira, em 1875, o brasileiro publicou o “Enumeratio palmarum novarum quas valle fuminis Amazonum inventas et as sertum palmarum” (Rodrigues, 1875f), o que acirrou ainda mais a competição entre os dois botânicos. Como resposta, entre os anos de 1876-1877, Trail publicou um trabalho sobre as palmeiras amazônicas no *Journal of Botany*, onde inseriu algumas palmeiras descritas por Barbosa Rodrigues, o que gerou

grande descontentamento no botânico brasileiro, levando-o a protestar, com a leitura do “Protesto-Appendice ao Enumeration Palmarum Novarum” (Figueiredo, 1879) na sessão do dia 27 de setembro de 1879, no Instituto, na presença do imperador D. Pedro II e do conde d’Eu (Sá, 2001).

Mesmo sendo plagiado por Trail, Barbosa Rodrigues não foi criticado pelo inglês em razão de não ter formação em botânica, como o era pelos botânicos brasileiros. Pelo contrário, para Trail, a única desvantagem de Barbosa Rodrigues seria o fato da falta de uma “bibliografia técnica para consulta [como também] de coleções para comparação de exemplares”, mas nunca os seus “conhecimentos botânicos” (Sá, 2001, p. 910). Entretanto, Sá (2001) ressalta que, mesmo sendo enviado à Amazônia com a missão de coletar palmeiras, das quais conseguiu encontrar 62 espécies, Barbosa Rodrigues não teve seu trabalho reconhecido e viu as pesquisas de Trail inseridas na parte das palmeiras da “Flora Brasiliensis”. O botânico brasileiro só veria sua obra reconhecida em pleno período republicano, quando, em 1903, foi publicada “Sertum Palmarum Brasiliensium” (Figura 3), contando com o apoio de importantes senadores brasileiros da época, entre eles os paraenses Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944) e Manoel de Melo Cardoso Barata (1841-1916) (Rodrigues, 1903, v. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura do relatório específico feito pelo botânico acerca do rio Capim, publicado ainda em 1875, contendo “os trabalhos de investigação, de análise, de observação e de realizações de [Barbosa Rodrigues] no campo da antropogeografia e da etnologia do Brasil, referentes à região amazônica” (Noticiário..., 1942, p. 388), foi possível estabelecer um paralelo entre as observações feitas por ele e o ambiente científico que se vivia à época, dominado pelo Instituto, instituição que, desde a sua fundação, em 1838, tinha como missão ‘revelar’ o Brasil tanto aos brasileiros como ao resto do mundo, fosse através do

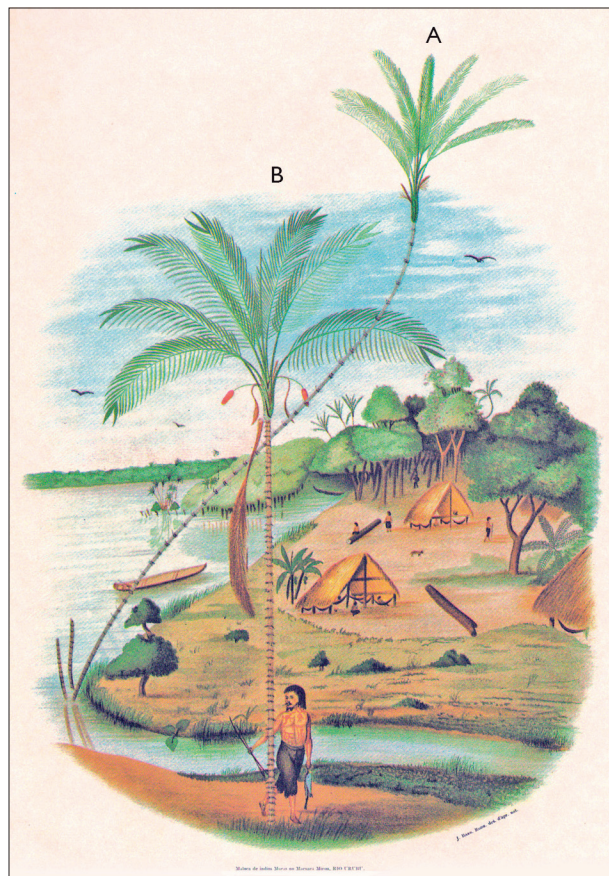


Figura 3. Prancha de ilustração feita por João Barbosa Rodrigues sobre a maloca Mucuará Mirim, dos índios Muras, no rio Urubu, estado do Amazonas. Em detalhe, uma *Bactris exaltata* (A) e um *Astrocaryum gynacanthum* (B). Fonte: Rodrigues (1903, tabela 19, v. 2).

estabelecimento de parâmetros que levassem à elaboração de uma ‘história oficial’ do Brasil, fosse através da realização de viagens científicas.

Do rio Capim, Barbosa Rodrigues salientou diversos aspectos, como os geográficos e hidrográficos, a pororoca, os botânicos e zoológicos, a origem de sua ocupação humana e as condições em que a população se encontrava à época da viagem. Além disso, o botânico, fiel às determinações do Instituto, procurou ‘revelar’ as riquezas naturais do rio, uma vez que poderiam servir para o desenvolvimento econômico da região, a exemplo do caso das madeiras para a construção civil e das ‘terras férteis’ para a agricultura. Informações sobre riquezas

culturais da região do rio Capim e de seu entorno completam o relatório. Sua riqueza, em detalhes, acabou compondo uma grande fonte de referência para futuros estudos sobre a região em questão.

REFERÊNCIAS

A CONSTITUIÇÃO, Belém, n. 237, 30 dez. 1882. p. 1.

ALMEIDA, W. B. (Coord.). **Nova cartografia social da Amazônia:** povos do Aproaga. Belém: Casa 8 Design/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

AZEVEDO, M. D. M. Ordem do dia. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, t. 39, parte II, p. 360-469, 1876.

AZEVEDO, M. D. M. Ordem do dia. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, t. 38, parte II, p. 349-363, 1875.

AZEVEDO, M. D. M. Ordem do dia. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, t. 35, parte II, p. 533-667, 1872.

BARBOZA, J. C. Actas da 8ª sessão (extraordinária) em 23 de março de 1839. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, n. 1, t. 1, p. 51-53, 1839.

BARRETO, P. R. C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: uma oficina de homens. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 13., 2008, Rio de Janeiro. **Identities...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. p. 1-8.

BRASIL. Portaria nº 195, de 29 de novembro de 2011. Estabelece certificação de autodefinição das comunidades quilombolas que possuem processos na Fundação Cultural Palmares. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 230, 1 dez. 2011. Seção 1, p. 35-36.

BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Registrada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes. Rio de Janeiro, 22 abr. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 7 maio 2015.

CARVALHO, J. M. D. **Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COELHO, G. M. **Rito e memória**. Belém: EDUFPA, 1991.

COELHO, G. M.; COELHO, A. W.; AGRASSAR, I. Forte do Castelo: cenários e enredos culturais. In: FERNANDES, Paulo Roberto Chaves (Org.). **Feliz Lusitânia:** Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas, Casario da rua Padre Champagnat. Belém: SECULT-PA, 2006. v. 4, p. 21-68. (Série Restauro).

FIGUEIREDO, C. H. Ordem do dia. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 58, parte II, p. 223-300, 1879.

FIGUEIREDO, C. H. Ordem do dia. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, t. 40, p. 456-466, 1878.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Iphan-PA e UFPA lançam projeto para comunidade quilombola. **Notícias**, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/994/iphan-pa-e-ufpa-lancam-projeto-para-comunidade-quilombola>>. Acesso em: 27 maio 2014.

JORNAL DO PARÁ, Belém, n. 278, 10 dez. 1874. Parte Oficial, p. 1.

LAGOS, M. F. Ordem do dia. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, t. 19, p. 11-12, 1856.

MARTIUS, C. F. P. Como se deve escrever a Historia do Brazil – Dissertação oferecida ao Instituto Historico e Geographico do Brazil, pelo Socio honorário do Instituto o Dr. Carlos Frederico Ph. de Martius. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, t. 6, p. 381-403, 1844.

MARTIUS; Carl Friedrich Philipp von; EICHLER, August Wilhelm; URBAN, Ignatz. **Flora brasiliensis sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum, quas suis aliorumque botanicorum studiis hactenus edidit Carolus Friedricus Philippus de Martius**. Munique/Leipzig: R. Oldenbourg, 1840-1906. 15 v.

MATTOS, R. J. C. Sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, n. 1, t. 1, p. 5-8, 1839.

MELLATI, J. C. Amazônia oriental. In: MELLATI, J. C. (Ed.). **Áreas etnográficas da América indígena**. Brasília: UNB, 2016. p. 1-13.

MIRANDA, A. P. **Relatorio do anno de 1872, apresentado pelo Presidente da Província, Domingos José da Cunha Júnior na 2ª sessão da 18ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de Julho de 1873**. Belém: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1873. (Relatório 2, Anexo 7).

MORAES, I. P. Novas centralidades do patrimônio na Amazônia? Arqueologia etnográfica entre povos quilombolas do Aproaga, São Domingos do Capim. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: ANGEPE, 2011. 15 p.

NAXARA, M. R. C. **Cientificismo e sensibilidade romântica:** em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora UnB, 2004.



- NOTICIÁRIO: primeiro centenário do nascimento de Barbosa Rodrigues. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, p. 387-390, abr.-jun. 1942.
- NUNES, F. A. **Colônias agrícolas na Amazônia**. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2012.
- PAIXÃO, A. J. P. **Interculturalidade e política na educação escolar indígena na aldeia TekoHaw - Pará**. 2010. 171 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- PHILLIPS, D. J. Tembé – Tenetehara ocidental. **Indígenas do Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://brasil.antropos.org.uk/ethnic-profiles/profiles-t/168-271-tembe.html>>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- PONTES, R. S.S. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brazil? – Desenvolvido na sessão de 4 de Fevereiro pelo Sr. Desembargador R. de. S. da S. Pontes. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, t. 3, p. 149-157, 1841.
- RIBEIRO, M. S. **Construindo histórias e memórias: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do Movimento Pernambucano de 1817**. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- RODRIGUES, J. B. **Sertum Palmarum Brasiliensium**. Bruxelles: Imprimerie Typographie Veuve Monnon, 1903. v. 1-2.
- RODRIGUES, J. B. **Poranduba amazonense, ou kochiyma-uara porandub, 1872-1887**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890.
- RODRIGUES, J. B. **Genera et species orchidearum novarum**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. v. 2. (Iconographie dès orchidées du Brésil).
- RODRIGUES, J. B. **Genera et species orchidearum novarum**. Sebastianopolis: Imprimiere de C. Et. H. Fleiuss, 1877. v. 1 (Iconographie dès orchidées du Brésil).
- RODRIGUES, J. B. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Tapajós**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a.
- RODRIGUES, J. B. **Exploração e estudos do valle do Amazonas: rios Urubu e Jatapu**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875b.
- RODRIGUES, J. B. **Exploração e estudos do valle do Amazonas: rio Trombetas**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875c.
- RODRIGUES, J. B. **Exploração e estudos do valle do Amazonas: rio Nhamundá**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875d.
- RODRIGUES, J. B. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Capim**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875e.
- RODRIGUES, J. B. **Enumeratio palmarum novarum quas valle fluminis Amazonum inventas et ad sertum palmarum collectas, descripsit et iconibus illustravit**. Sebastianopolis: Brwon & Evaristo, 1875f.
- SÁ, M. R. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, supl., p. 899-924, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702001000500006>.
- SALLES, V. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. ed. Belém: IAP/Programa Raízes, 2005.
- SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VELOSO JÚNIOR, C. R. **Os “curiosos da natureza”**: Freire-Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- WALLACE, A. R. **Viagens pelo Amazonas e rio Negro**. Brasília: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2004.
- WEHLING, A. **De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010.